



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- CAMPUS VII
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

IRIS RAMALHO DANTAS

**ANÁLISE DA GOVERNANÇA PÚBLICA E PRIVADA DO APL TÊXTIL DE SÃO
BENTO-PB.**

PATOS – PB

2016

IRIS RAMALHO DANTAS

**ANÁLISE DA GOVERNANÇA PÚBLICA E PRIVADA DO APL TÊXTIL DE SÃO
BENTO-PB**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

**Orientadora: Prof^a. Msc. Ayalla Cândido
Freire**

PATOS – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D192a Dantas, Iris Ramalho

Análise da governança pública e privada do APL Têxtil de São Bento - PB [manuscrito] / Iris Ramalho Dantas. - 2016.

21 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Ayalla Cândido Freire, CCEA".

1. Governança Pública. 2. APL Têxtil. 3. Governança privada. 4. São Bento - PB. I. Título.

21. ed. CDD 658.4

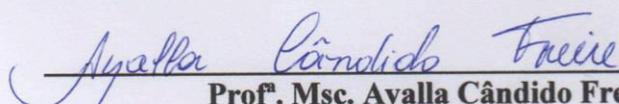
IRIS RAMALHO DANTAS

**ANÁLISE DA GOVERNANÇA PÚBLICA E PRIVADA DO APL TÊXTIL DE
SÃO BENTO-PB**

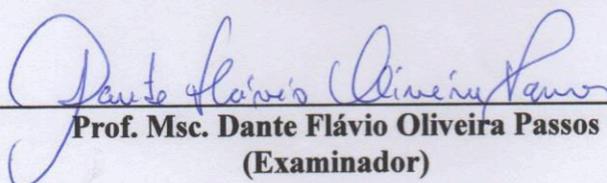
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 20 / 05 / 2016

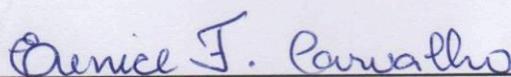
BANCA EXAMINADORA



Prof. Msc. Ayalla Cândido Freire
(Orientadora)



Prof. Msc. Dante Flávio Oliveira Passos
(Examinador)



Prof. Msc. Eunice Ferreira Carvalho
(Examinadora)

ANÁLISE DA GOVERNANÇA PÚBLICA E PRIVADA DO APL TÊXTIL DE SÃO BENTO-PB

Iris Ramalho Dantas¹

Ayalla Freire²

RESUMO

O município de São Bento-PB é conhecido pela fabricação de redes de dormir tendo grande destaque nesse setor. Devido a isso, a cidade desenvolveu um aglomerado de empresas atuando no ramo têxtil. Nesse sentido, é necessário entender a articulação dos atores no mercado para desenvolver estratégias, pois a governança está ligada a aspectos relacionados à hierarquia, poder, controle, administração dos recursos, além de implicar na capacidade de planejar, formular e implantar políticas públicas. Sendo assim, o presente estudo evidenciou os aspectos relacionados à Governança Pública e Privada no APL têxtil. Este artigo teve como objetivo analisar a Governança Pública e Privada para o desenvolvimento e competitividade do APL têxtil de São Bento-PB identificando suas oportunidades e os limites. Para isso, o estudo utilizou de pesquisa descritiva e abordagem qualitativa, tendo como ferramenta para a coleta de dados a aplicação de entrevistas. A partir da análise de dados foi possível perceber que os produtores têxteis não tem experiência com a coletividade como também gostariam de ter incentivos maiores por parte das entidades públicas.

Palavras-Chave: Governança Pública e Privada; APL Têxtil; Articulação.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o cenário mundial empresarial vem mudando e sendo influenciado pelo acesso rápido a informação e o desenvolvimento de novas tecnologias. É notável a complexidade do ambiente atual no qual as empresas estão inseridas e isso leva a necessidade de novas práticas de gestão. Com esse novo cenário, vêm crescendo a valorização das vocações regionais, de forma que o território passa a ser não somente ambiente físico onde a empresa está inserida, mas também o local propício para interações locais, compartilhamento de valores e normas formais e informais.

De acordo com Poter (1998) o desenvolvimento baseado em uma vocação regional é uma vantagem competitiva e depende de fatores locais, por isso, as concentrações de empresas geograficamente próximas tem importância na atuação do mercado atual, ou seja, as vocações regionais podem ser gerenciadas para incentivar a competitividade, visto que a proximidade é capaz de reduzir os custos nos processos, obter feedbacks, maior proximidade com os atores envolvidos, desenvolvimento de estratégias em grupos e pode ainda facilitar a troca de tecnologia incentivando a inovação. Sendo assim, as organizações reconhecem a importância dos relacionamentos que estabelecem, pois percebem que nenhuma organização pode se isentar por completo do relacionamento com fornecedores, do engajamento dos

empresários do mesmo setor, das interações e das trocas permanentes de informação para obter benefícios. Constituindo assim uma rede de relações.

Percebe-se atualmente o crescente interesse pelos aspectos que caracterizam as aglomerações de micro e pequenas empresas. Se tornando objeto de estudos em diversos países, inclusive no Brasil. As aglomerações territoriais de micro e pequenas empresas passaram a ser estudadas por diversos autores na literatura vigente e possuem diversas nomenclaturas. No entanto, o presente trabalho vai utilizar a nomenclatura Arranjo Produtivo Local que também é conhecida pela sigla APL (REDESIST).

Segundo Fuini (2006) o Arranjo Produtivo Local são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si. A atuação em APLs vem trazendo vantagens econômicas e crescimento para as empresas. Tornando-se um incentivo para a formação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos Aglomerados.

Já termo Governança surgiu em 1931 por Ronald Coase. Entretanto, só depois da década de 70 que o conceito passou a ser usado efetivamente na área empresarial como referência de poder e organização. A governança é um exercício da autoridade, controle, administração dos recursos. Portanto, é a maneira como o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país com o objetivo de seu desenvolvimento. Ela não está interessada apenas em executar o negócio, mas em dar direção à atividade.

As possibilidades de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local e de melhorias na sua competitividade estão relacionadas às condições de interação, as possibilidades de ações conjuntas, e a criação de políticas públicas de apoio. Sendo assim, torna-se necessário um estudo sobre esses fatores. Diante disso, o presente trabalho tem como campo de estudo o APL têxtil de São Bento-PB.

A cidade de São Bento fica situada no estado da Paraíba, localizada na microrregião de Catolé do Rocha. É conhecida pela fabricação de artigos têxteis tendo como produto de destaque as redes de dormir. Com o reconhecimento dos seus produtos em diversas partes do mundo, surgiram na cidade aglomerações de empresas atuando nesse ramo. Muitas delas surgem de maneira informal, no fundo de quintal das residências da cidade. No entanto, tal atividade tem um destaque muito importante na economia local. Pois, muitas famílias sobrevivem da renda desse setor.

A grande concentração de empresas atuando no ramo têxtil possibilitou a população de São Bento/PB uma empregabilidade e geração de renda oriunda das fábricas espalhadas

pela cidade. Sendo assim, é necessário entender toda a estrutura de coordenação do Arranjo, partindo da compreensão das iniciativas de políticas públicas, das relações de cooperação entre os atores e da dinâmica do Arranjo Produtivo Local.

A coordenação dos processos e articulação dos agentes são elementos necessários na evolução do APL. Por isso, é importante para o desenvolvimento da economia local e também para a competitividade das empresas atuantes dentro do APL têxtil de São Bento-PB compreenderem as oportunidades e limites para a Governança no Arranjo. Diante do que foi exposto, o presente trabalho busca responder e elucidar o seguinte problema de pesquisa: Como a governança pública e privada se manifesta dentro do APL têxtil de São Bento-PB? Tendo como objetivo geral analisar a Governança Pública e Privada para o desenvolvimento e competitividade do APL têxtil de São Bento-PB. A partir do objetivo geral, podem-se traçar os objetivos específicos, que são: I) caracterizar o processo produtivo da atividade têxtil da cidade de São Bento- PB; II) identificar os atores do Arranjo Produtivo Local e suas relações de cooperação; III) analisar quais são os fatores que possibilitam ou dificultam as ações de governança pública e privada; IV) analisar como a governança influencia no desenvolvimento do APL e na competitividade das empresas.

Diante da carência de estudos realizados sobre a estrutura do APL têxtil de São Bento-PB se faz necessário ter conhecimento das ações do setor público e privado para o desenvolvimento e competitividade do Arranjo. Sendo possível através deste trabalho reunir informações que possam caracterizar a estrutura de Governança desenvolvida dentro do APL.

A presente pesquisa se justifica na importância teórica e está fundamentada na necessidade de colaborar com a divulgação de Governança e desenvolvimento em redes locais consistindo assim em confrontar conceitos da literatura vigente com aspectos práticos das empresas têxteis da cidade de São Bento/PB.

A relevância social se confirma através da necessidade de mostrar como é a coordenação, comando e a participação dos atores dentro do Arranjo Produtivo Local sendo possível identificar como isso influencia na vida das pessoas que moram naquela localidade, dando assim a oportunidade das empresas conhecerem quais as características do Arranjo e como é possível obter benefícios dele.

Sobre o ponto de vista prático, o estudo se justifica pela necessidade das empresas têxteis da cidade de São Bento-PB conhecer efetivamente a estrutura de Governança do APL e com isso aprimorar a sua gestão tornando-as mais competitivas. Ou seja, evidenciar as questões que estão sendo postas em prática e alavancar possíveis medidas que poderiam melhorar o posicionamento do APL frente ao mercado.

2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: CONCEITUAÇÃO

A formação de grupos de empresas atuando em uma mesma localidade remete aos aglomerados produtivos. Tal fenômeno caracteriza pela concentração de empresas geograficamente próximas e essa condição envolve não apenas empresas, mas também outros agentes econômicos. E por estarem próximas uma das outras acabam apontando circunstâncias favoráveis às atividades desenvolvidas.

Diante da formação de aglomerados produtivos, os autores da literatura vigente abordam diversas nomenclaturas que tentam explicar esse fenômeno. Alguns autores chamam de Distrito Industrial, Cluster, Ambiente Inovador e Arranjo Produtivo Local. Para entender o surgimento e atuação dos aglomerados é necessário conhecer os fatores que contribuem para sua formação e também compreender como as empresas podem obter vantagens competitivas atuando dentro deles.

O interesse pelo estudo acadêmico de aglomerações teve início no século XIV, quando Alfred Marshall dedicou-se a estudar as externalidades das localizações industriais especializadas. Ele utilizou o termo Distrito Industrial para caracterizar a concentração de médias e pequenas empresas localizadas ao redor das grandes indústrias nos subúrbios das cidades inglesas. Nessa abordagem ele destacou a eficiência e a competitividade que apresentam as empresas localizadas em uma mesma região. Para ele os distritos funcionavam com sucesso devido à cooperação, entre os atores envolvidos no processo produtivo, fazendo com que houvesse um aprendizado maior, especialização da mão-de-obra e mais facilidade de acesso aos produtos intermediários (GUALDA e SOUZA, 2005).

Sendo assim, os Distritos referem-se às aglomerações que apresentam um elevado grau de especialização e interdependência entre empresas que realizam atividades similares ou empresas que desenvolvem atividades complementares da cadeia de produção. Os distritos apresentam características de cooperação, inovação e competitividade. Segundo Marshall esse tipo de aglomerações eram capazes de gerar “economias externas”, ou seja, gerar ganhos independentemente de suas ações. Esses ganhos envolviam mão-de-obra especializada, infraestrutura, recursos naturais e informações tecnológicas.

O termo Cluster foi utilizado pela primeira vez por Michael Poter no seu livro **The Competitive Advantage of Nations** (1990) e referem-se à aglomeração territorial de empresas, que tem características similares. Eles apresentam uma forma mais abrangente que os

Distritos Industriais. Pois diferente dos Distritos, os Clusters envolvem todo tipo de aglomerados de atividades, geograficamente concentradas e setorialmente especializadas.

O Ambiente Inovador foi um termo criado por iniciativa do GREMI (Group de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs) e tem como objetivo desenvolver uma metodologia comum e uma abordagem teórica no qual pudesse fazer uma análise territorializada da inovação, enfatizando o papel do ambiente no processo de desenvolvimento tecnológico (VARGAS, 2002). O conceito de Ambiente Inovador pode ser definido como o local de complexas redes de relações sociais em um ambiente geográfico limitado de forma que há intensificação da capacidade inovativa local através do processo de aprendizagem sinérgico e coletivo. O Ponto central desse conceito é a inovação produtiva que esses aglomerados podem ter. Neste termo é enfatizada a rede de atores que interagem dentro de um sistema produtivo local e sendo assim o próprio ambiente provê condições que facilitam a existência de cooperação e interações entre os diferentes atores dentro da aglomeração.

No Brasil, o estudo das aglomerações produtivas territoriais deu origem ao termo APL (Arranjo Produtivo Local) conceito criado pela (Redesiste) Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro. O instituto foi pioneiro em pesquisas sobre APLs no Brasil, através de seus estudos sistemáticos contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do termo. Esse conceito diz que os APLs variarão desde os mais rudimentares aos mais complexos (sistemas) sendo sua formação geralmente associada às trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. (LASTRES e CASSIOLATO, 2005).

O conceito de APL abrange empresas que atuam em uma atividade em comum e possuem interações mútuas impactando de maneira direta ou indireta no desenvolvimento econômico e social de determinada localidade. Entretanto, o conceito ressalta não somente a organização social e política dos atores e a interação e cooperação entre eles, mas também a relevância de inovação dentro dos aglomerados.

Segundo Lastres et al., (2002, p.13) os Arranjos Produtivos Locais:

São aglomerados territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializados, clientes e entre outros e suas variadas formas de representação e associação, incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e Universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento;

Pode-se dizer que as empresas que estão localizadas no mesmo território passam gradualmente a apresentar vínculos entre si, gerando ligação entre elas o que possibilita obter ganhos econômicos adicionais por estarem no mesmo território. E dependendo da sua forma de articulação podem atrair tanto investimentos privados como públicos.

Cada arranjo é marcado por sua trajetória histórica e sua identidade é estabelecida ao longo de sua formação, sendo que apesar dos autores da literatura vigente enfatizar características comuns aos APLs sempre existirá particularidades que não foram totalmente exploradas nos estudos científicos. “A formação dos APLs está vinculada a aspectos tanto históricos de identificação como territoriais, de âmbito regional ou local, a partir de uma mesma base socioeconômica” (VECHIA, 2008, p.37).

A particularidade de cada arranjo o ajuda a definir sua identidade, nessa perspectiva ainda há muito que conhecer sobre os Arranjos, por isso, as abordagens relacionadas ao conceito de Arranjo Produtivo Local (APLs) ainda necessitam de um avanço teórico. Segundo Santos et al (2003) as abordagens relacionadas ao conceito de APLs necessitam de uma ratificação teórica, visto que não se pode aplicar as mesmas definições, características e condições a todos os tipos de aglomerados.

Nesse contexto, pode-se dizer que um Arranjo Produtivo Local é um agrupamento geográfico de empresas focadas em uma atividade principal, exercendo interações e níveis de interdependência. Cujo necessitam de instituições de apoio para estimular a pesquisa, cooperação e aproveitar as sinergias coletivas com o objetivo de buscar fortalecer o Arranjo Produtivo Local.

Os estudos de Lastres e Cassiolato (2005) descreveram algumas características dos Arranjos Produtivos Locais, onde se destacam: dimensão territorial, diversidade de atividade e atores econômicos, políticos e sociais, conhecimento tácito, inovação e aprendizado interativos, governança e grau de enraizamento.

A dimensão territorial leva em consideração a aproximação geográfica, a dinâmica do local, valores sociais e culturais. A diversidade de atividade e atores econômicos, políticos e sociais incluem a participação de universidades, instituições de pesquisas e empresas de consultoria, órgão públicos e entre outros. Conhecimento tácito, geralmente verifica-se pelo compartilhamento de conhecimentos por parte das empresas sendo uma especialidade local o que acaba detendo o acesso de informações aos autores externos. Inovação e aprendizado interativos referem-se ao aprendizado como fonte para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacidade produtiva e inovativa das empresas, o que é necessário para aumentar a competitividade dos diferentes atores locais. Já a governança enquanto tipologia

pode ser percebida como exercício de poder onde tipicamente ocorrem relações verticais entre clientes e fornecedores nos quais há uma hierarquia entre organizações maiores e com mais poder. Ou seja, a governança pode ser estabelecida involuntariamente pelo próprio mercado que coordena as ações envolvidas.

Por último, o grau de enraizamento que envolve geralmente as articulações e envolvimento dos diferentes agentes dos Arranjos com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros, assim como outras empresas e com o consumidor local. Os elementos determinantes do grau de enraizamento geralmente é o nível de agregação de valor, a origem, o controle das organizações e o destino (local, nacional e estrangeiro).

3 A GOVERNANÇA COMO MECANISMO DE ARTICULAÇÃO

Ao estudar o conceito de Governança é comum associar a palavra Governo, no entanto, a Governança atua de forma bem mais abrangente. Rosenau (2000) diz que os dois conceitos estão relacionados a um comportamento visando um objetivo, a atividades orientadas por metas e sistemas de ordenação. Entretanto, o termo governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garantem a implementação de políticas. Já a Governança se refere às atividades apoiadas em objetivos comuns, podendo ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem necessariamente de poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências.

Nesse sentido, a Governança envolve complexas tomadas de decisões que muitas vezes ultrapassam as iniciativas do governo. Dessa forma, compreende os mecanismos pelos quais os atores envolvidos articulam interesses, exercem seus direitos, estabelecem objetivos coletivos e negociam suas diferenças. É importante que a articulação entre os membros propiciem maior participação dos atores, pois assim é mais fácil compreender as dificuldades no mercado competitivo atual.

A Governança Pública pode ser entendida como o mecanismo que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos. Ou seja, garantir que haja equilíbrio de poder entre cidadãos, governantes, gestores e colaboradores tendo como objetivo permitir que o bem comum prevalecesse sobre os interesses de pessoas ou grupos (MATIAS, 2010). Portanto, é necessário desenvolver mecanismos de avaliação e monitoramento, ou seja, determinar processos e estruturas para que se possa pensar na maneira adequada de tomar as decisões,

analisar como as partes interessadas serão ouvidas e como o poder e responsabilidades serão exercidos.

O que se vê hoje é que o governo está envolvido no processo político juntamente a muitos outros atores como: empresas, associações, organizações sem fins lucrativos e os cidadãos em geral. Como consequência, a implementação de políticas públicas já não está na mão de uma unidade governamental que atua sozinha, ou seja, atualmente o setor público atua em redes complexas de Governança formada por uma diversidade de atores, e nesse enfoque cada um tem seus próprios interesses especiais.

Para (MOURA, 2013) além dos órgãos de governo, das empresas e das organizações sem fins lucrativos, o governo também deve orientar organizações comunitárias, cooperativas, escolas, partidos políticos, entidades de caridade e entre outros grupos. Sendo assim, observa-se a necessidade de discutir questões de Governança Pública e não somente falar em governo. Vendo as questões postas até aqui se pode dizer que o desafio atual para a Governança Pública é conciliar as questões governamentais que são tradicionalmente hierárquicas e burocráticas com as demandas por redes construídas em linhas horizontais e filtrar decisões que venham trazer o bem comum a todos.

A Governança Privada, por sua vez, faz parte das novas formas de implementações de regras por atores diferentes do Estado e tem sido vista como uma abordagem do setor privado que ajuda a criar boas ações para um grupo. Segundo Rosenau (2000) a Governança Privada é uma espécie de Governança sem governo. Ou seja, sem autoridade formalmente constituída, entretanto, estariam determinando sistemas de regras de conduta.

É dentro desse contexto, portanto, que a Governança Privada destaca-se por não se tratar de regulamentações solicitadas ou autorizadas por atores públicos, mas mesmo assim, esses tais mecanismos regulatórios da Governança Privada apresentam potencial de organização de espaços públicos que equivalem aos mecanismos de administração pública, sendo então, capazes de produzir bens públicos. Para Araújo (2002), bens públicos são caracterizados pela produção de benefícios.

A Governança pública e privada se baseia em práticas democráticas de intervenção de diversos atores nos processos decisórios. Entre esses atores, enquadram-se empresas, públicas, privadas, consultores, centro de desenvolvimento tecnológico, trabalhadores e cidadãos. Essa relação entre os setores públicos e privados tem como propósito canalizar os objetivos em comum e equilibrar os interesses de ambos. Ou seja, trabalhar em cooperação para gerar benefícios mútuos. Sendo assim, as estruturas de Governanças tanto pública como privada podem incentivar para uma ação conjunta em prol de um objetivo. Além de definir

regras tanto formais como informais capazes de desenvolver afinidades entre as diversidades sociais.

O quadro abaixo representa as principais diferenças entre a Governança pública e privada. Tenta identificar dessa forma os pontos em comum entre as duas vertentes bem como as suas diferenças e particularidades.

Quadro 1- Principais diferenças entre a Governança Pública e Privada.

Principais diferenças entre a Governança Pública e Privada	
Pública	Privada
Administração direta federal e estadual.	Administração baseado no mercado e concorrência.
Com autoridade formal.	Sem autoridade formal.
Hierárquica e burocrática.	Hierárquica, mas também pode ser constituídas em redes horizontais.
Busca equilibrar o poder entre os atores envolvidos com objetivo de gerar bens públicos.	Busca atender objetivos particulares, resolver conflitos em comum e alcançar objetivos partilhados com os outros atores.
Estabelecem práticas democráticas de intervenção	Estabelecem práticas democráticas de intervenção, mas também é influenciado pela hierarquia de poder entre as organizações.
Tenta equilibrar as ações particulares dos atores com os objetivos coletivos.	Cooperar para obter ganhos de mercado.

Fonte: Criado com base teórica nos autores Matias (2010), Moura (2013) e Rosenau (2000).

O quadro acima faz uma análise das diferenças e dos pontos em comum entre as duas vertentes. A boa Governança requer definições bem claras de entendimento de suas responsabilidades e dos atores envolvidos em todo o processo. É importante que as decisões sejam tomadas de forma democrática e coletiva e que as relações de poder e hierarquia não afastem outros atores do processo para que se possa preservar o bem comum a todos os participantes no processo.

Na emergente sociedade da informação, é necessária a constante interpretação das relações sociopolíticas de forma que seja possível o desenvolvimento de sistemas de governança capazes de nortear a formulação de políticas públicas. Entretanto, não é fácil equilibrar os diversos interesses nesses ambientes, visto que, a tendência é a complexidade e a instabilidade. Em um ambiente cooperativo, o desenvolvimento de políticas públicas faz parte de uma forma de identificar condições favoráveis e comuns a todos. Pois neste caso, as políticas públicas estão relacionadas com identificação conjunta de um futuro desejado junto com os objetivos do Estado. Entretanto essa condição de cooperação é difícil de ser estabelecida em um ambiente competitivo e com interesses pessoais envolvidos.

Para Procopiuck (2013) a decisão política conjunta é muito difícil de ser estabelecida. Pois, em um ambiente competitivo dificilmente há um consenso comum em relação à situação futura desejada. Sendo assim, o desenvolvimento de políticas públicas acaba sendo voltado para o incremento de estratégias que permitam o afastamento das situações presentes indesejáveis e também para o estabelecimento de consensos para criar soluções que sejam parciais e que se regulem com o tempo.

É notável a complexidade existente na criação de políticas públicas visto que há uma relação de interesses implícitos em cada ação. Por isso, é importante uma boa coordenação na implementação de tais políticas de forma que possa existir um equilíbrio entre os diversos interesses. Diniz (2001) ressalta que dependendo de determinadas ações governamentais, as políticas públicas podem inibir a formação ou expansão de determinados grupos. Dessa forma há grupos que são centrais as ações das políticas públicas sendo beneficiados, mas por outro lado existem grupos em posições periféricas que não detém poder e são de certa forma forçados a aceitar ganhos e perdas que são determinados pelos grupos centrais.

3.1 GOVERNANÇA NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Atualmente as particularidades de cada região estão chamando a atenção no que diz respeito ao desenvolvimento de Aglomerados Produtivos. As empresas que antes eram isoladas percebem que o modelo atual de mercado dar impulso a união de forças e ao desenvolvimento de estratégias conjuntas para se tornarem competitivas. Nessa perspectiva a Governança focada nas aglomerações inicia-se na estrutura de comando que se verifica na cadeia produtiva. Para Lastres et al (2003) a Governança dentro dos Arranjos representa genericamente, as formas pelas quais os indivíduos e organizações públicas e privadas gerenciam problemas e desafios comuns, como administram interesses divergentes e realizam ações cooperativadas. Já para Franco (2004) a Governança deve ser entendida sob o foco da responsabilidade que se apresenta associada diretamente a cooperação, a participação ativa, a forma de tomada de decisão coletiva, ao fluxo de comunicação e conhecimentos.

A cooperação entre os atores não acontece simplesmente pelo fato de estarem próximas geograficamente. Pois mesmo que as empresas percebem que existem benefícios através da cooperação ainda predomina-se em muitos casos a desconfiança e competição o que dificulta a participação ativa de mais empresas do aglomerado. Entretanto, o conceito de governança deve se basear em práticas democráticas de intervenção e participação dos atores nos processos decisórios. Para Cassiolato e Lastres (2001) entre os atores do processo de

Governança estão: empresas públicas, privadas, consultores, centros de desenvolvimento tecnológico, trabalhadores e cidadãos. Pois além de empresas, o Arranjo precisa de instituições de apoio para ajudar a reforçar o funcionamento do Arranjo, através da criação e disseminação de conhecimento tácito local.

Para Haddad (2002) existem três campos de decisões para o desenvolvimento da governança nos Arranjos sendo: o campo das decisões privadas, referente às responsabilidades dos empresários individual sobre o que acontece na sua empresa. O campo das decisões governamentais referente aos três níveis de governo e de serviços públicos onde se localiza o aglomerado. E por último, o campo das decisões comunitárias de forma que se refere aos problemas comuns dos membros do Arranjo, nesse caso a resolução do problema depende da decisão coletiva. Ações como promoção e marketing, desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos humanos, preservação ambiental, entre outros. Podem ser tomadas de forma coletiva pelos membros do Arranjo.

De acordo com Susigan, Garcia e Furtado (2007) a forma de Governança local serve para promover o desenvolvimento de funções produtivas, nas áreas de criação de produto, design, Marketing e marca. Neste sentido, a Governança funciona como uma maneira de impulsionar o empoderamento da rede de forma que as iniciativas conjuntas venham trazer maior força para os atores do Arranjo. No entanto, tais iniciativas devem estar correlatas com as responsabilidades que cada decisão conjunta pode causar ao Arranjo.

No caso específico de Arranjos Produtivos Locais Lastres et al (2003, p. 14) diz que a Governança refere-se aos:

Aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes – Estado, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. – e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como o processo de geração, disseminação e uso do conhecimento.

A Governança dentro dos Arranjos se refere à hierarquia, comando, colaboração e cooperação entre os atores. Segundo Suzigan (2001), a articulação entre os atores possibilitam que as ações aconteçam de forma orientada, conexa e complementar, contribuindo dessa forma para efetividade de todo o processo. Desse modo os papéis inerentes a Governança refere-se à função de coordenar, alinhar iniciativas e observar dessa forma, os prazos, atividades, atribuições, responsabilidades e comprometimentos dos atores.

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) é uma entidade pública responsável pela gestão de projetos públicos focados nos APLs

brasileiros, este por sua vez, diz que a Governança em APLs consiste na existência de canais (pessoas físicas ou organizações) capazes de liderar e coordenar os atores em função de objetivos comuns. Organizando as ações dos diferentes atores para o cumprimento desses objetivos, negociando os processos decisórios locais e ajudando assim a promover a geração, disseminação e uso do conhecimento.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as empresas têxteis de São Bento-PB. A mesma se caracteriza quanto aos objetivos, como descritiva, tomando por base o conceito de Gil (2010, p.27) “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população”.

Para Vergara (2000) a pesquisa pode ser classificada quanto aos meios como (pesquisa de campo, laboratório, documental, bibliografia, experimental, estudo de caso e participante) nesse sentido, a mesma, se caracteriza como estudo de caso, pois buscou identificar como a Governança Pública e Privada se manifesta dentro do APL têxtil de São Bento-PB. Também foi utilizado de documentos para construir seus resultados tornando-a também documental.

A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 18 de Abril de 2016, e para obtenção das informações foram feitas entrevistas semiestruturadas com dois atores participantes do Arranjo Produtivo Local de São Bento-PB. Um dos entrevistados possui tecelagens de redes e o outro negocia suas mercadorias na feira realizada na cidade. Esses dois atores foram escolhidos devido a sua participação ativa no mercado e a diversidade de informações que poderiam fornecer para a pesquisa. Também foi realizada entrevistas com o vice-prefeito da cidade e o presidente da câmara municipal de São Bento-PB. As entrevistas foram segmentadas em três blocos: relação de cooperação e resolução de conflitos; participação ativa, poder e inovação; decisão coletiva, avaliação e controle. A partir das categorias teóricas e análise das entrevistas foram construídos os resultados.

No que se refere ao tratamento de dados, a pesquisa utilizou a abordagem qualitativa já que se buscou interpretar as falas dos entrevistados para uma melhor compreensão a cerca de cada aspecto abordado na entrevista. De acordo com (FONSECA, 2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009) a pesquisa qualitativa busca se aprofundar na compreensão de um grupo social ou organização.

Em relação à análise de dados, se caracteriza como de conteúdo visto que a pesquisa realizada buscou interpretar as mensagens passadas através das entrevistas com os atores. Segundo Triviños (2012, p.160) “a análise de conteúdos é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando à descrição do conteúdo das mensagens”.

5 ANÁLISE DA GOVERNANÇA PÚBLICA E PRIVADA NA CIDADE DE SÃO BENTO-PB

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O município de São Bento fica localizado no sertão paraibano, possui cerca de 30.879 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde 1927 o município já produzia artigos têxteis, sendo inicialmente a produção voltada para redes de dormir. Durante a sua trajetória na produção de artigos têxteis é possível destacar alguns acontecimentos.

Em 1940 foi instalada a primeira usina de beneficiamento do algodão que proporcionou a aproximação da matéria-prima para produzir o fio. Já em 1964 começaram a chegar à cidade os primeiros teares elétricos com isso houve uma modernização da produção proporcionando a venda dos produtos para outros estados brasileiros.

A partir da década de 1970 a indústria têxtil de São Bento-PB começou a transportar seus produtos em caminhões para diversos lugares do país, nesse momento a indústria começou a explorar outros mercados ficando conhecida como “Capital Mundial das Redes”. Em 1986 foi criada a “Feira da Pedra” que tem nome porque os feirantes colocavam os seus produtos expostos a céu aberto nas pedras de paralelepípedo com o objetivo de atrair viajantes que lá passavam. Isso ampliou ainda mais a comercialização dos produtos, pois com a criação da “Feira da Pedra” facilitou o processo de compra, venda e troca dos artigos têxteis (MARTINS et al, 2008). Segundo relatos de moradores da cidade, os produtos eram expostos para atrair compradores de outras regiões.

Inicialmente, o mercado têxtil de São Bento-PB era voltado totalmente para a produção de redes de dormir, mas vem crescendo atualmente a produção de outros produtos como: mantas, varandas, tapetes, panos de pratos e toalhas. Apesar da produção de redes de dormir ter perdido um pouco de espaço ela ainda continua sendo o produto de maior destaque do município.

A economia da cidade é voltada para a produção têxtil, tendo a maior parcela dos moradores da região envolvida com essa produção. Devido a esse fato a região desenvolveu um aglomerado de micro e pequenas empresas atuando no setor têxtil. É comum encontrar no quintal das residências de São Bento teares sendo manuseados. Como também pequenas empresas informais que alimentam a distribuição de renda de boa parte dos habitantes de São Bento.

Cabe salientar que além de uma grande quantidade de atores informais e pequenos produtores. A cidade de São Bento têm duas grandes empresas atuando no ramo têxtil com destaque tanto dentro da cidade como em outros estados e regiões do país. Entretanto, cada uma atua em um nicho diferenciado. A primeira é a tecelagem São Cristóvão que atua com a venda de toalhas, panos de pratos e tecidos gabardines. Sua produção é em massa e destinada à revenda. Já a segunda empresa é a Santa Luzia que tem como foco a produção de redes de dormir como artigo para decoração, por isso, sua produção não é tão elevada por se tratar de uma produção mais artesanal para vender nas capitais litorâneas do país.

É difícil inserir no mercado uma articulação mais cooperada e voltada para o associativismo. Pois, ainda se predomina o receio e a competitividade em relação a esse tipo de ação, entretanto é impossível não estabelecer vínculos com os concorrentes ou atores da cadeia de produção. A resistência mais forte em relação às ações cooperadas é a cultura, pois a cidade de São Bento atua há muitos anos nesse mercado e com isso adquiriu uma forma de fazer negócio que se acredita ser a mais eficaz. Neste sentido, é difícil inovar porque é necessário educar o empresário para essa visão de Governança organizada, planejada e cooperada.

5.2 RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

O estilo de Governança do APL têxtil de São Bento-PB se aproxima do que se foi mencionado por Lastres e Cassiolato (2005) no que diz respeito à relação de cooperação com os atores, visto que esse conceito ressalta apenas a dinâmica de mercado não existindo planejamento sobre metas e objetivos comuns em longo prazo. Sendo assim, pode-se notar que o APL têxtil de São Bento-PB tem pouca iniciativa para fazer acordos e cooperar sendo influenciados mais pela hierarquia estabelecida pelo próprio mercado. Ou seja, os atores reagem aos fatores relacionados à dinâmica de mercado.

Percebeu-se através da pesquisa que a relação de cooperação e decisão coletiva é bastante forte no que diz respeito ao preço dos produtos e pagamentos de funcionários. Foi

constatada uma preocupação em tabelar os preços para que os produtos não tenham valores diferenciados em relação com outros da mesma categoria e qualidade. Outro ponto discutido foi à relação de pagamento aos funcionários das tecelagens. Observou-se que o produtor se preocupa com a relação do valor dos salários e isso faz com que haja essa troca de informação com outros produtores estabelecendo assim acordos coletivos em relação a esses pontos. Entretanto, ao mesmo tempo em que o preço é discutido de forma coletiva ele também origina conflitos, pois alguns comerciantes oscilam os preços o que afeta os outros produtores. Esse aspecto pode ser notado na fala do produtor ao dizer que “existe conflito em relação ao preço porque uns querem vender mais caro e outros mais baratos e diante a essa situação buscamos chamar para o acordo para que não tenhamos percas neste sentido”.

A relação da escolha de matéria-prima também é um fator que exige a coletividade dos produtores, pois neste ponto foi visto que existe a troca de informações entre os produtores em relação aos preços e qualidade das matérias-primas. Pode perceber que a escolha da compra é pautada na disseminação de informações entre os produtores. Esse aspecto existe porque o preço do fio é considerado alto o que acaba influenciado no valor final do produto. Devido a isso os produtores buscam informações com outros produtores sobre preços mais acessíveis

Ao responderem sobre a relação de cooperação se percebeu a falta de informação sobre o assunto e receio sobre o coletivismo. Mostrando assim que o mercado não se encontra organizado para traçar objetivos coletivos em longo prazo. Observou-se que os acordos realizados atualmente visam o curto prazo com a intenção de resolver conflitos imediatos. Pode-se identificar também certa fragmentação em relação aos grupos pertencentes ao setor, desse modo pequenos produtores, grandes produtores e vendedores de matérias-primas se encontram desconexos. Constata-se, dessa forma, o que foi mencionado por Procopiuk (2013) em relação à cooperação e resolução de conflitos, pois em um ambiente competitivo é difícil entrar em acordos coordenados e consistentes tornando alguns grupos afastados das decisões centrais.

Verificou-se também que existe certa necessidade de negociação com as entidades governamentais em relação ao preço do fio. Pois, este ponto é o que mais dificulta a produção. Observou-se que devido ao elevado imposto sobre fio os produtores não podem oferecer uma mercadoria mais barata perdendo assim mercado para outros produtos como os importados, por exemplo. Neste sentido, eles reconhecem que esse aspecto devia ser revisto junto com o Governo do Estado e Prefeitura numa tentativa de amenizar o preço do fio no mercado.

A Prefeitura Municipal de São Bento-PB reconhece que há falta de incentivo à cooperação entre os atores, pois, não faz parte de um plano de governo dos gestores públicos articular com os comerciantes da cidade e os mesmos tem dificuldade em firmar acordos uns com os outros. Percebeu-se que a Prefeitura não busca interferir na questão da coletividade e resolução de conflitos. Só em caso de solicitação dos próprios produtores. Pode-se perceber isso através da fala do Presidente da Câmara Municipal ao comentar que “registro apenas uma vez que os produtores se reuniram com o prefeito para exigir a baixa do preço do fio. Pois, não comprariam o fio ao preço estimado naquele momento”. Nesse sentido, a prefeitura como entidade formal teve que articular meios com o Governo do Estado para diminuir a carga tributária sobre a mercadoria. No entanto, de forma geral há pouca articulação entre as entidades públicas e o mercado.

Através da pesquisa, atestou-se que a relação de cooperação ainda não é amplamente usada, pois de forma geral não se tem conhecimento e nem experiência com o trabalho cooperado. Sendo observados apenas em relação ao preço de produtos, salários dos funcionários das tecelagens e negociação com a compra do fio.

Dessa maneira, entende-se que o APL têxtil não sabe reconhecer os benefícios e ganhos de competitividade que a cooperação entre os atores poderiam trazer ao APL. Isso pode ser visto na fala de um dos produtores entrevistados ao afirmar que “não tenho certeza se uma cooperativa seria uma melhor escolha porque sempre funcionou assim, quando temos problemas chamamos para o acordo, mas nunca se pensou em algo mais elaborado”. Observa-se então que falta movimentar forças para um planejamento coordenado entre produtores e entidades públicas. Sobre metas, objetivos comuns, conflitos e criação de estratégias para atuar em um mercado futuro.

5.3 PARTICIPAÇÃO ATIVA, PODER E INOVAÇÃO

Observou-se que o comércio têxtil de São Bento-PB se encontra atualmente, mais variado havendo assim uma queda na produção e na procura pela rede de dormir. Existe também a entrada de outros produtos no mercado como: mantas, toalhas, panos-de-pratos, cobertores e tapetes. Entende-se que a diminuição da procura pela rede tenha sido uma mudança de cultura do povo Nordestino que deixou de usar a rede como um hábito se tornando um produto de decoração. Percebeu-se também que a entrada de produtos importados ocasionou mudanças no mercado e influenciou os produtores da região a produzir

e vender outros artigos têxteis. No entanto, todos os entrevistados afirmaram que a rede continua sendo o principal produto do mercado têxtil de São Bento-PB.

Pode se perceber que as empresas de maior destaque na produção de artigos têxteis na cidade são a Santa Luzia e a São Cristóvão devido a sua fatia de mercado já alcançada além da geração de emprego e renda que fornece para a cidade. Todos os entrevistados consideram que essas duas empresas tem muita força na economia da cidade e, sendo assim, qualquer crise que venham afeta-las a economia da cidade sofrerá impacto.

Ao salientar sobre as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal como fomento ao mercado têxtil. Identificou que a prefeitura tem grande expectativa na inauguração do “Mercado Municipal das Redes”. Isso foi constatado através da fala do Presidente da Câmara Municipal de São Bento ao mencionar que “o mercado das redes é um marco histórico para cidade porque os vendedores sofriam muito no Sol e não tinham tanta visibilidade no produto”. Esse projeto tem como foco a disponibilidade de um espaço reservado para que os comerciantes possam expor seus produtos. Na visão da prefeitura esse espaço vai dar mais comodidade e conforto as pessoas que trabalham a céu aberto na chamada “Feira da Pedra”. A aplicação dessas medidas ressalta o que Rosenau (2000) diz sobre a autoridade formal do setor público em estabelecer políticas públicas.

A Feira da Pedra é realizada há muito anos no centro da cidade e faz parte da cultura dos moradores. A principal preocupação da prefeitura com esse evento é com o bem-estar dos comerciantes, que ficam expostos ao Sol. O setor público acredita que com a criação do Mercado das Redes vai ser possível dar uma visão melhor aos produtos têxteis de São Bento além de agregar outras atividades afins que vai ajudar na economia da cidade. Pela análise documental do projeto foi visto que “O mercado das Redes” tem previsão para inauguração em Maio de 2016 e disponibilizará dois espaços. Primeiro os boxes, destinado ao comércio das redes e mercadorias afins e o outro será uma área livre, destinada também a comerciantes de produtos têxteis, lanchonetes e para circulação da população em geral. O projeto propôs licitações para que os comerciantes ofertassem os lances para concorrer aos boxes, desse modo, foi visto que o valor dos boxes ficou bem elevado comparado com o valor a ser pago pela área livre.

Na visão dos comerciantes o espaço cedido pelo Mercado das Redes é muito pequeno comparado com o tamanho da feira atualmente. Os produtores acreditam que nem todos vão ter oportunidade de usufruir do “Mercado das Redes” devido ao valor elevado dos boxes e ao seu tamanho limitado. Isso pode ser observado através da fala de um dos produtores entrevistados ao dizer que “vai dar oportunidade aqueles que têm condições de

adquirir um boxe, então só os produtores maiores é que podem adquirir um espaço desses. O espaço cedido para a gente é muito pequeno não comporta a necessidade que a feira tem.” Neste sentido, pode-se perceber que há um distanciamento de visão sobre o projeto. Pois, a Prefeitura Municipal é otimista em relação à efetivação do Mercado das Redes enquanto a maioria dos produtores se sente desconexos dessa iniciativa. Constatando que a Governança Pública está voltada para atender as empresas maiores havendo assim uma relação de poder que deixa os pequenos produtores fora da maioria das decisões.

Esse aspecto ressalta o que Diniz (2001) diz em relação à aplicação das políticas públicas. Evidenciando a importância de equilibrar o poder que determinados grupos detém sobre outros como também reconhecer as verdadeiras necessidades do mercado, pois acaba que os pequenos produtores ocupam áreas periféricas e por não deterem tanto poder estão sujeitos a aceitar os ganhos e perdas que são determinadas pelos grupos de maior poder considerados centrais.

Foi observado que a participação do setor público no mercado têxtil São Bento-PB é muito distante. O vice-prefeito reforça essa questão ao mencionar que:

A atuação do setor público municipal é muito apática no sentido de participar ativamente do mercado têxtil, infelizmente nunca fez parte de um plano de governo dos gestores ao longo dos anos, vale salientar, que a mesma não tem recursos para empréstimos e nem estar autorizada a isso, mas por ser uma entidade formal que tem representatividade podia articular meios com o Governo do Estado, Bancos e etc. É uma questão a se pensar.

Dessa forma, verifica-se que o setor público municipal não está participando ativamente no mercado têxtil, sendo assim, não entende efetivamente as reais necessidades da maioria dos produtores. As ações voltadas para o desenvolvimento tecnológico e criação de novos produtos ou matérias-primas é considerado lento. Com isso, os produtores acreditam que o único apoio nessa parte de treinamento e inovação vem do Sebrae quando estar na cidade. Constatando assim que a inovação acontece com o relacionamento e convívio com os outros atores. Pois, relataram que quando um produtor adquire uma tecnologia nova ou cria um produto novo acaba disseminando a informação para com os outros do mesmo setor possam conhecer.

A respeito das ações que poderiam ser realizadas para melhorar o processo de incentivo ao mercado têxtil foi constatado que os produtores gostariam de uma participação maior do poder público municipal. Articulando com o Governo do Estado medidas como baixa dos impostos sobre o fio, com o Sebrae passando conhecimento de gestão e

associativismo e também incentivando os interesses dos bancos em investir nos produtores têxteis.

5.4 DECISÃO COLETIVA, AVALIAÇÃO E CONTROLE

Verificou-se que os produtores desejam uma fiscalização maior em relação à entrada de produtos importados no mercado, pois segundo os relatos dos entrevistados entra muita mercadoria ilegalmente o que acaba dificultando a competitividade com o produto local. A cobrança de impostos maiores sobre esses produtos foi outro aspecto sugerido pelos entrevistados. Em relação à entrada de importados, a Prefeitura Municipal atribuiu essa responsabilidade ao Governo do Estado. Relatando que a mesma não tem competência legal para impedir essa entrada.

Identificou-se que de maneira geral a tomada de decisão depende muito do nicho de mercado na qual cada empresa têxtil atua. Sendo assim, percebeu-se que é mais ativa em casos de conflitos onde envolvem diversos interesses. Um caso de decisão coletiva citado pelos entrevistados foi a legalização das empresas. A cidade ainda têm muitas fábricas têxteis atuando ilegalmente e por decisão do Governo do Estado foi imposta a legalização dessas empresas. Entretanto, os pequenos produtores sentiram dificuldades em atender essa decisão imposta pelo Estado. Devido a isso, a Prefeitura Municipal veio a intervir articulando com o Governo do Estado e com isso conseguiu prazos maiores para a legalização das empresas e dessa forma pode ajudar ao pequeno empresário a se organizar para implantar a medida. Nesse sentido, confirma-se o que Haddad (2002) diz em relação aos campos de decisão pra a Governança do Arranjo, pois se pode observar que as decisões se dividem em três grupos sendo, as decisões das empresas, as decisões governamentais e as decisões e posicionamento da comunidade.

A Prefeitura Municipal compreende que a fiscalização que deve exercer sobre os produtores deve ser voltada a questões ambientais. Em relação a outros aspectos, a mesma acredita que não tem competência para fiscalizar. Isso pode ser observado na fala do Vice-prefeito ao dizer que “ao poder público municipal só compete fiscalizar as questões ambientais e esgotamento das fábricas, pois em relação a outros aspectos não se tem autoridade para isso”.

Em geral pode perceber que decisão coletiva e o trabalho cooperado não são bem aceitos no mercado têxtil de São Bento-PB, pois ficou claro que não há experiência com esse tipo de ação, além disso, a cultura de mercado competitiva e individualista ainda é muito forte

de forma que precisa haver uma reeducação nesse aspecto só assim será possível criar alguma relação de cooperativismo mais organizado na cidade. Na visão da Prefeitura Municipal, a criação de uma cooperativa traria muitos benefícios principalmente aos pequenos produtores que poderiam articular preços melhores de matérias-primas. Já os produtores entrevistados não souberam identificar, claramente, os benefícios que a criação de uma cooperativa poderia trazer. Confirmando, mais uma vez, a falta de conhecimento dos produtores em relação ao coletivismo e o trabalho cooperado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frequentemente, a relação entre Estado e sociedade é articulada por interesses comuns e divergentes. De certa forma uma influencia a outra demonstrando poder, resolvendo conflitos, estabelecendo objetivos individuais ou coletivos. Por isso, estudar modelos de Governança dentro dos agrupamentos econômicos é uma forma de entender todo esse processo de articulação entre diversos atores como também uma forma de organizar ideias, pessoas e recursos para que se possam alcançar ganhos de mercado. Nesse sentido, a Governança Pública por ter representatividade formal tem o poder e capacidade para trazer informações aos empresários e estabelecer limites de atuação também.

O presente artigo teve como objetivo analisar como é desenvolvida a Governança Pública e Privada no APL têxtil de São Bento-PB. Tendo como ideia central verificar as ações do setor público e privada para o desenvolvimento e competitividade do mercado têxtil. Neste trabalho foi possível identificar que tal mercado se desenvolveu pautado na produção de redes de dormir tendo por muito tempo uma economia dependente da produção deste produto. No entanto, pode-se observar que a cidade possui uma economia atualmente muito variada devido à entrada de novos produtos como mantas, redes, toalhas, tapetes e também devido à entrada de produtos têxteis importados.

Os resultados mostraram que os atores não tem muita experiência com o trabalho cooperado e com a decisão coletiva o que reflete sobre a vantagem competitiva. Pois as empresas de maneira geral não tem conhecimento dos benefícios que poderiam ter como: redução do custo com a compra de matéria-prima, criação de uma marca para os produtos e maior conhecimento sobre as novidades do mercado. Sendo assim a Governança Privada limita-se a resolver alguns conflitos de imediatos. Já o setor público se mostrou pouco atuante em relação à atuação com os atores privados e participação ativa junto ao mercado têxtil. E com isso percebe-se que os produtores da região gostariam de um incentivo maior para que

tivessem mais conhecimento e oportunidades diante os desafios do mercado. A Governança Pública mostrou-se interessada em gerar bens públicos como relata Matias (2010), entretanto, a hierarquia de poder entre os indivíduos mostrou-se capaz de influenciar decisões que acabam deixando as empresas menores desfavorecidas em algumas decisões.

A cooperação e resolução de conflitos acontecem devido à dinâmica do mercado, pois apesar de não ter essas questões bem definidas entende-se que alguns pontos necessitam ser resolvidos de forma coletiva para uma melhor atuação. Pode-se perceber que existem empresas com maior participação do que outras devido a sua fatia de mercado alcançada e isso influenciam na criação de políticas públicas de incentivos voltadas para esses grupos. Mas, por outro, os pequenos produtores se sentem desconexos dessas iniciativas públicas como também influenciados pela decisão dos maiores. Visto que, é importante que estes planejem seus objetivos e metas de forma mais organizada e formal porque dessa maneira os incentivos vão ser maiores.

Neste sentido, sugere-se que o APL têxtil busque reunir aspectos para verificar a viabilidade da criação de uma cooperativa e com isso incentivar a decisão coletiva, a troca de informações, o planejamento de metas e a participação dos grupos interessados. A Criação de uma cooperativa voltada principalmente para os pequenos produtores tornaria o mercado mais organizado e consecutivamente daria a oportunidade para as pequenas empresas participarem ativamente das decisões públicas diminuindo assim os conflitos de ideias.

Espera-se que o trabalho tenha contribuído para reunir os aspectos referentes à literatura vigente e com isso esclarecer as questões práticas nas organizações econômicas atuais. O artigo identificou as características teóricas relacionadas à coordenação, controle, hierarquia e poder na economia atual e dessa forma foi possível observar como esses aspectos acontecem na prática dentro dos aglomerados produtivos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho.** Brasília: ENAP, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Agglomerações, cadeia e sistemas produtivos de inovação.** Brasília: IEL, 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In: Relatório de atividades do referencial conceitual, metodológico, analítico e propositivo - RedeSist. Rio de Janeiro: UFRJ/SEBRAE, 2005.

DINIZ, Eli. **Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 15(4), 2001.

FIGUEIREDO; J. C.; DI SERIO, L. C. **Estratégia em clusters empresariais: conceitos e impacto na competitividade**. In: DI SERIO, Luiz Carlos (org.). Clusters empresariais no Brasil: casos selecionados. São Paulo: Saraiva, 2007. Cap.1

FUINI, L.L. **A relação entre competitividade e território no “circuito de malhas” do Sul de Minas**. 2006, 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2006.

FRANCO, A. **O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário**. Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2004.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 04 de março de 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUALDA, Nélio L. P.; SOUZA, João B. L. **Identificação de possíveis Arranjos Produtivos Locais nos municípios que compõem a Associação de Municípios AMUSEP**. Anais I EMPREX, 2005.

HADDAD, P. R. **Palestra Sobre Cultura Local e Associativismo**. Seminário do Bndes sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.com.gov Acesso em: 18 de Novembro de 2015

LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. (Coord.). **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – GASPIL**. Projeto Mobilizando Conhecimentos para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas empresas no Brasil. 8a. revisão. Rio de Janeiro: SEBRAE/REDESIST, 2005. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2015.

LASTRES. H. M. M. et al. **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2002.

LASTRES. H. M. M. et al. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: IE, 2003

MARTINS, M. F. et al. **Implicações sociais da gestão do trabalho e da produção no arranjo produtivo local - APL têxtil de São Bento, SEGET**, 2008. Disponível em: http://ww.aedb.br/seget/artigos08/534_534_SEGET_2008.pdf. Acesso em 18 de Novembro de 2015.

MATIAS, P. J. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010

MOURA, Adriana Maria M. **Governança das políticas ambientais no Brasil: desafio à construção de um sistema integrado de avaliação**. Texto para discussão – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013.

PORTER, M. E. **Competição (on competition): estratégias competitivas essenciais**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PROCOPIUCK, M. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013

ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Orgs.). **Governança sem governo – ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; SIMÕES, RODRIGO. **Arranjos Produtivos Locais Informais: uma análise de componentes principais para a Nova Serrana e Ubá/MG**. Ensaios FE, Porto Alegre, v. 24, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

SUZIGAN, Wilson. **Aglomerações industriais como foco de políticas**. *Revista de Economia Política*, São Paulo: Centro de Economia Política, v. 21, n. 3, p. 27-39, jul./set. 2001.

SUZIGAN, W; GARCIA, R.; FURTADO, J. **Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção**. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, mai.-ago. 2007.

VARGAS, M. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, tese de doutorado, 2002.

VECHIA, R. V. R. D. **Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local**. Guarapuava: UECO, 2008. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/viewFile/634/836>. Acesso em 18 de Novembro de 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Public and Private Governance for the development and competition of the textile Local Productive Arrangement (LPA) of São Bento-PB, identifying its opportunities and limits. For this, we use a descriptive research and a qualitative approach, using the application of interviews as a tool for the data collection. The São Bento – PB town is known by the manufacture of hammocks and it has an important role in this segment. Due to this, the town develops a cluster of companies operating in the textile business. In this case, it is necessary to understand the articulation of the participants in the market for developing strategies, once the governance is connected to the aspects related to hierarchy, power, control, management of resources, besides implying the capacity to plan, formulate and implement public policies. Therefore, the present study showed the aspects of the Public and Private Governance in the textile LPA of São Bento-PB. From the analyzed data, it was revealed that textile producers have no experience with the collectivity but also they would like to have more incentives by public entities.

Keywords: Public and Private Governance. Textile LPA. Articulation.

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA

QUESTÕES DIRECIONADAS AOS ATORES ATUANTES NO MERCADO TÊXTIL

Questões Introdutórias

- Como você avalia a produção e venda de redes na cidade de São Bento-PB?
- Quais os produtos mais vendidos no mercado têxtil de São Bento, atualmente?

1. Relação de cooperação e resolução de conflitos.

- a. Você faz acordos com outros comerciantes do mesmo ramo sobre o preço dos produtos similares ao seu? Existe estabelecido algum teto para oscilação dos preços?
- b. Como é feita a escolha do fio para a produção dos seus produtos? Existe algum acordo com vendedores de matéria-prima ou comerciantes do mesmo setor acerca do preço e qualidade das matérias-primas?
- c. Você reconhece que há algum incentivo ou apoio de entidades públicas como prefeitura, estado, ou entidades como Sebrae, Sesi e entre outros no desenvolvimento de sua atividade?
- d. Você conhece algum projeto concluído ou em andamento pela prefeitura municipal para incentivar o desenvolvimento do mercado têxtil? O que você acha da eficácia desse projeto?
- e. Em sua opinião que aspectos relacionados atuação no mercado têxtil mereciam mais atenção das entidades públicas da cidade?
- f. Quais são os aspectos conflitantes entre empresários, produtores e vendedores de fio. Que mereciam um acordo entre as partes?
- g. Em relação às questões conflitantes entre comerciante, produtores e entidades públicas qual é o aspecto mais crítico que precisa ser resolvido? E como se faz atualmente para resolver esses conflitos?

2. Participação ativa, poder e inovação.

- h. Em relação à atuação das empresas têxteis no mercado. Existe alguma que mais se destaca na produção desses artigos e que serve de espelho para atuação de sua empresa no mercado?
- i. Você participa ou já participou de algum treinamento fornecido pelo setor público ou pelo privado para ajudar a desenvolver a gestão na sua empresa ou tem conhecimento se existe alguma ação voltada para isso? Explique:
- j. Existe em sua opinião alguma liderança política ou de empresas privadas capazes de influenciar outros empresários do ramo?

3. Decisão ativa e coletiva, avaliação e controle.

m. Você consideraria importante que fosse tomadas decisões coletivas com outros empresários do ramo ou entidades públicas? Em que aspectos isso seria necessário?

n. Você acha que deveria ter algum controle por parte das entidades públicas dificultando a entrada de produtos chineses? O que você acha que poderia ser feito?

o. Você acha necessário ter uma fiscalização mais rígida por parte da prefeitura?

p. Você acha que a criação de uma cooperativa ou sindicato pelos produtores de São Bento traria benefício ao mercado? Por quê?

Questões direcionadas aos Gestores Públicos

Questões introdutórias

- Como você avalia a produção e venda de redes na cidade de São Bento-PB?
- Quais os produtos mais vendidos no mercado têxtil de São Bento, atualmente?

1. Relação de cooperação e resolução de conflitos.

a. Você faz acordos com outros comerciantes do mesmo ramo sobre o preço dos produtos similares ao seu? Existe estabelecido algum teto para oscilação dos preços?

b. Como é feita a escolha do fio para a produção dos seus produtos? Existe algum acordo com vendedores de matéria-prima ou comerciantes do mesmo setor acerca do preço e qualidade das matérias-primas?

c. Você reconhece que há algum incentivo ou apoio de entidades públicas como prefeitura, estado, ou entidades como Sebrae, Sesi e entre outros no desenvolvimento de sua atividade?

d. Você conhece algum projeto concluído ou em andamento pela prefeitura municipal para incentivar o desenvolvimento do mercado têxtil? O que você acha da eficácia desse projeto?

e. Em sua opinião que aspectos relacionados à atuação no mercado têxtil mereciam mais atenção das entidades públicas da cidade?

f. Quais são os aspectos conflitantes entre empresários, produtores e vendedores de fio. Que mereciam um acordo entre as partes?

g. Em relação às questões conflitantes entre comerciante, produtores e entidades públicas qual é o aspecto mais crítico que precisa ser resolvido? E como se faz atualmente para resolver esses conflitos?

2. Participação ativa, poder e inovação.

- h. Em relação à atuação das empresas têxteis no mercado. Existe alguma que mais se destaca na produção desses artigos e que serve de espelho para atuação de sua empresa no mercado?
- i. Você participa ou já participou de algum treinamento fornecido pelo setor público ou pelo privado para ajudar a desenvolver a gestão na sua empresa ou tem conhecimento se existe alguma ação voltada para isso? Explique:
- j. Existe em sua opinião alguma liderança política ou de empresas privadas capazes de influenciar outros empresários do ramo?

3. Decisão ativa e coletiva, avaliação e controle.

- m. A prefeitura incentiva à decisão coletiva entre os empresários, comerciantes e produtores? Como isso é feito?
- n. Há medidas de controle em relação à entrada de produtos chineses no mercado têxtil de São Bento? Você acha que poderia ser tomadas outras atitudes em relação a essa questão?
- o. Qual a visão do setor público em relação à entrada de produtos chineses no mercado têxtil de São Bento- PB?
- p. Em relação ao mercado têxtil em geral, que aspectos são fiscalizados pela prefeitura ou que outros aspectos poderiam ser controlados?
- q. Você acha que a criação de uma cooperativa ou sindicato pelos produtores de São Bento traria benefício ao mercado? Por quê?